

Entre história e memória: o testemunho literário *Die Wiesse Rose*

Mariana Spaulucci Feltrin¹

Resumo

Após o fim da Segunda Guerra, a memória coletiva da Alemanha Ocidental foi conduzida para a denegação e esquecimento da extensa colaboração – passiva ou não – ao nazismo. Neste processo, a representação das memórias individuais dos sobreviventes ascendeu para o campo da escrita, de forma que o testemunho literário passou a ser o principal meio de contar o passado genocida. A fim de compreender os laços entre história e memória, o trabalho propõe uma reflexão epistemológica das relações entre ambos os campos e sua ligação com a literatura no pós-guerra por meio da análise do testemunho literário *Die Wiesse Rose* (A Rosa Branca), publicado por Inge Scholl em 1952.

Palavras-chave: história; memória; testemunho literário.

Introdução

Primo Levi expôs em “Testemunho para Eichmann” algumas das objeções feitas aos que ousaram narrar e divulgar para o mundo suas experiências individuais com o nazismo: “Por que falar ainda em atrocidades? Não são coisas passadas? Os alemães hoje não mostraram que renegam seus erros? Por que semear mais ódio? Por que turvar o conhecimento de nossos filhos?” (LEVI, 1961). Em resposta a estas objeções, Primo Levi disse que seria ilícito calar-se diante do passado, principalmente do passado doentio da Alemanha nazista. Para ele, a fim de que a história não seja mutilada e o passado não seja apagado, contar o que foi visto e vivido nos campos de concentração é, acima de tudo, um dever dos sobreviventes.

¹ Graduada em História pela Universidade Metodista de Piracicaba, atualmente vinculada à UNICAMP. E-mail para contato: mfeltrinbr@gmail.com.

Já em *Lembrar, escrever, esquecer*, Jeanne Marie Gagnebin destaca que, na concepção de Walter Benjamin, o narrador que toma para si a tarefa de narrar suas experiências e vivências do passado é um “sucateiro”. Segundo Benjamin, o narrador sucateiro não está interessado em uma história épica ou triunfante, na verdade o que lhe interessa é a “sobra” dos discursos históricos, tudo aquilo que não tem nome ou rastro, o próprio sofrimento. Com essa perspectiva, podemos compreender que Primo Levi tinha uma profunda lucidez sobre a produção dos testemunhos das vítimas. Para ele, os testemunhos eram as “sobras” das memórias individuais e ordinárias renegadas às margens da história, de modo que as narrativas configuravam, acima de tudo, formas de contrapor a lógica de denegação do passado nazista.

Os corpos desenterrados e posteriormente queimados nos campos de concentração, os arquivos, fornos e câmaras de gás também destruídos a partir de 1944 indicaram a lógica de ocultação das atrocidades instituídas pelo governo nacional-socialista antes mesmo do fim da Segunda Guerra. No entanto, após o fim, a vontade de esquecer o passado conduziu a memória coletiva da nação para uma direção mais obscura e dissimulada. Jeanne Marie Gagnebin também apontou que, segundo Theodor W. Adorno, entre 1950 e 1960 os alemães queriam esquecer as décadas anteriores a qualquer custo, isto “porque o peso do passado era tão forte que não se podia mais viver no presente; esse peso era insuportável não porque era feito apenas do sofrimento indizível das vítimas, mas também, antes de tudo, da culpa dos algozes, da *Schuld* alemã.” (GAGNEBIN, 2006, p. 101).

Em *Nazismo e Guerra*, o historiador Richard Bessel aponta que a queda do Terceiro Reich foi um golpe duro para a mentalidade da sociedade alemã. Segundo Bessel, a redenção da Alemanha significou, além de tudo, a perda de princípios essenciais que contemplavam privilégios e conquistas da “comunidade do povo nazista”. Também diante da caótica reconstrução do país elaborada pelas mãos Aliadas, emergiu, a partir de uma necessidade urgente de reorganização da mentalidade, a “comunidade destituída dos vencidos”. A nova comunidade era baseada na memória coletiva que via os alemães como vítimas da violência da guerra e não como colaboradores das atrocidades do regime nacional-socialista, segundo Bessel.

Dessa forma, a memória coletiva no pós-guerra rememorava os milhões de alemães destituídos de seus lares, correndo do violento Exército Vermelho e tentando sobreviver ao cotidiano caótico da guerra entre os anos 1944 e 1945², de modo que os alemães passaram a se verem como vítimas e não como colaboradores do nazismo. Foi assim que cerca de dois milhões de ex-funcionários públicos do Reich, seis milhões de dependentes, inválidos e prisioneiros de guerra³ somados a outros milhões de professores, médicos, políticos, jovens e seguidores envolvidos com regime nazista puderam ser silenciosamente reincorporados à nação por meio dos processos de desnazificação e julgamentos jurídicos elaborados pelos Aliados.

No caso específico da Alemanha Ocidental do pós-guerra, o jugo da memória coletiva da comunidade que se via como mártir e não como colaboradora do genocídio nazista conferiu aos testemunhos dos sobreviventes algo que transcende a própria narrativa, movimento que Primo Levi pode presenciar e refletir em seus próprios escritos. Diante desta conjuntura dissimulada, o testemunho literário irrompeu como forma recorrente de registro do passado nazista e meio de comunicação para os sobreviventes que necessitavam falar de seus traumas e, sobretudo, serem ouvidos.

O testemunho literário *A Rosa Branca*

Precisamente neste período tumultuado pós-guerra, encontra-se o testemunho literário *Die Wiese Rose*⁴ de Inge Scholl. Publicado em 1952 na Alemanha Ocidental, o livro foi elaborado a partir da experiência dos irmãos Hans e Sophie Scholl no grupo de resistência “Rosa Branca”. A obra caracteriza-se como uma coletânea de memórias, documentos e depoimentos que testemunham os acontecimentos em torno da história do grupo Rosa Branca e de seus integrantes.

² Para Richard Bessel a violência do Exército Vermelho e os estupros em massa cometidos pelos Aliados refletiram na memória coletiva alemã no pós-guerra. Segundo o autor, as lembranças do nazismo e da guerra tenderam a sumir no pano de fundo por de trás das lembranças de estupro e sofrimento dos alemães. Ver *Nazismo e Guerra* (Rio de Janeiro, 2014) p.176 a 200.

³ Richard Bessel, *Nazismo e Guerra* (Rio de Janeiro, 2014) p.180.

⁴ Em 2013, a tradução do livro chega ao Brasil com o título *A Rosa Branca*. Por meio de um projeto didático de tradução da Universidade de São Paulo, a obra contribuiu imensamente para o estudo do tema tão pouco explorado no país.

A Rosa Branca resistiu pacificamente contra o nazismo e a guerra entre 1942 e 1943, distribuindo panfletos e pichando as ruas de Munique.

Para contar essa história, Inge Scholl inicia o livro relatando como a ideia da resistência pacífica surgiu com seu irmão Hans Scholl. Ela conta que Hans foi tomado por uma profunda lucidez sobre o autoritarismo e o ódio operante nos discursos e ações do regime nacional-socialista desde o seu período na Juventude

Hitlerista. No entanto, só após o contato com as cartas mimeografadas do bispo de Münster, que era contrário ao governo nacional-socialista, Hans começou a vislumbrar a possibilidade de também expor sua opinião por meio das palavras.

Já sua irmã Sophie, estudante de biologia e sociologia na Universidade de Munique, teria escutado Hans comentar sobre a vontade de ter um mimeógrafo. Dias depois, apareceram na Universidade folhetos mimeografados com o título “Panfletos da Rosa Branca”. A autora conta que Sophie sabia desde o início que seu irmão estava envolvido na ação. Com o retorno de Hans e Alexander Schmorell do *front* russo no outono de 1942, a jovem também começou a participar das reuniões e, posteriormente, a confeccionar os panfletos. Após o outono de 1942, o grupo se expandiu e articulou minuciosamente as tarefas de criação e distribuição dos panfletos.

Segundo Inge, os irmãos Scholl e seus amigos mais próximos começaram a se encontrar em um porão. Escondidos, promoveram debates filosóficos que encorajavam os jovens a escrever em contraposição a guerra, aos crimes hediondos e, sobretudo, contra a inércia dos alemães perante os fatos assombrosos que estavam acontecendo cotidianamente diante de seus olhos.

As vivências no *front* e nos hospitais de campanha tinham amadurecido e endurecido Hans e seus amigos. Havia lhes mostrado mais intensa e claramente a necessidade de se opor ao Estado e sua monstruosa obsessão de extermínio. Os amigos tinham visto como, lá fora, a vida era desperdiçada e colocada em risco. Já que a vida deveria ser arriscada, por que não contra a injustiça gritante? (SCHOLL, 2013, p.61).

A autora aponta que os principais membros da Rosa Branca eram Hans e Sophie Scholl, Alexander Schmorell, Christoph Probst e Willi Graf, todos estudantes da Universidade de Munique. Kurt Huber, professor de psicologia e filosofia da

Universidade, também foi um dos principais membros, contribuindo para a mediação nas discussões filosóficas do grupo e na criação dos textos para os panfletos.

O conteúdo dos panfletos era dirigido, acima de tudo, para o povo alemão. No entanto, a Rosa Branca era um movimento de estudantes que distribuía panfletos não só nas caixas de correios de Munique, “capital” do nacional-socialismo⁵, mas também na Universidade. A essência fundamentalmente estudantil e a presença do professor Kurt Huber na resistência representam um grande ponto de inflexão na instituição, uma vez que era evidente a massiva colaboração e apoio público dos alemães ao nazismo, principalmente de grupos intelectuais e artísticos, como revela o historiador Modris Eksteins no livro *A sacração da primavera*.



Figura 1: monumento em homenagem ao grupo Rosa Branca na calçada da Universidade de Munique.

O historiador defende que "em 1931 os nazistas contavam com duas vezes mais apoio nas universidades do que no país em geral. Em 3 de março de 1933, trezentos professores universitários se posicionaram publicamente a favor de Hitler numa declaração de voto." (EKSTEINS, 1991, p. 411). Eksteins também denuncia que o senso estético e subjetivo enfatizado pela propaganda nacional-socialista despertou o sentimento de "comunidade" no povo alemão e, conseqüentemente, a aceitação do nazismo por grande parte da população alemã.

⁵ Munique abrigou a sede do NSDAP, bem como a maior parte dos prédios institucionais nazistas. Por isso pode ser considerada o berço ou a capital do nacional-socialismo.

A falsa "comunidade do povo" paralisou a capacidade de discernimento da população diante da barbárie do nazismo. Para o historiador, "os alemães não eram forçados a se tornar nazistas. Mas eram atraídos pela força do movimento". Assim, o terror e a violência eram instrumentos de controle social no Terceiro Reich, além de serem "atributos essenciais do culto nazista".

Os integrantes da Rosa Branca tinham a lúcida noção de que os intelectuais estavam "refugiados em uma cova" e que o povo alemão estava inerte diante de toda a barbárie promovida pelo nacional-socialismo. Dessa maneira, os textos eram elaborados a fim de alertar os alemães para a sua parcela de culpa e conduzi-los a resistir pacificamente ao grande extermínio promovido pelo nacional-socialismo.

[...] E o povo alemão continua a dormir seu sono indiferente e estúpido, dando assim incentivo e oportunidade para os criminosos fascistas continuarem a sua devastação – e é o que eles estão fazendo. Seria um sinal de que os sentimentos humanos mais básicos dos alemães se embruteassem, de que nenhuma corda de seu interior sai do tom em estridente repúdio a tais atos, de que estão imersos num sono letal, do qual não há despertar, nunca, jamais? É o que parece e o que acontecerá com certeza se o alemão não sair logo desse estado de inércia, se não protestar de todas as formas possíveis contra essa corja de criminosos, se não se compadecer dessas centenas de milhares de vítimas. E ele não só deveria sentir compaixão pelas vítimas, não, muito mais que isso: deveria sentir sua parcela de culpa. (SCHOLL, 2013, P.97)⁶

No porão, os jovens produziam os textos e as milhares de cópias mimeografadas dos panfletos que seriam entregues por toda Munique entre julho de 1942 e fevereiro de 1943. Novas células do grupo também foram criadas em Berlim, Friburgo e Hamburgo, com o intuito de abranger a área de distribuição dos panfletos. Segundo Inge, "Hans e seus amigos planejavam fundar uma célula após a outra nas grandes cidades, a partir das quais o espírito da resistência se espalharia em todas as direções." (SCHOLL, 2013, p.68). Scholl também relata que Hans e Alexander chegaram a encontrar com dois representantes do grupo de resistência Harnack/Schulze-Boysen, conhecidos como "Orquestra Vermelha", em outubro de 1942. A intenção dos jovens era fundar células estudantis em todas as

⁶ Trecho do segundo panfleto produzido e distribuído pela Rosa Branca.

universidades alemãs para distribuir os panfletos, entretanto, logo em fevereiro de 1943, Hans estaria morto e Alexander em fuga.

A Rosa Branca era dedicada a “abrir os olhos dos alemães” por meio dos textos provocativos e diretos que continham referências à bíblia, a Aristóteles, a Goethe e até mesmo a Lao-Tsé. Inge conta que o professor Kurt Huber disse em suas últimas palavras diante do Tribunal do Povo que seu objetivo “era despertar os círculos estudantis, não através de uma organização, mas através da simples palavra; não para incitá-los a atos de violência, mas para fazê-los reconhecer, do ponto de vista moral, os graves erros existentes na vida política.” (SCHOLL, 2013, p.81).

Apesar das simples palavras, na manhã do dia 18 de fevereiro de 1943, Hans e Sophie espalhavam panfletos da Rosa Branca pelos corredores e salas de aula da Universidade de Munique. Quando faltavam alguns minutos para as aulas começarem, eles foram vistos pelo zelador. Segundo Inge, os irmãos foram rapidamente fechados dentro da Universidade e a Gestapo acionada prontamente. Assim, ambos foram presos e interrogados no Palácio de Wittelsbach.

Hans sabia muito bem que milhões de alemães pensavam como ele. Mas aí de quem arriscasse uma palavra franca, sincera. Seria encarcerado sem nenhum perdão. Aí de uma mãe que desabafasse sua alma aflita e amaldiçoasse a guerra. Tão cedo ela não voltaria à sua vida habitual. A Alemanha inteira parecia ser espreitada por ouvidos secretos. (SCHOLL, 2013, p.33).

Tudo aconteceu muito depressa, afirma Scholl. O julgamento e a sentença foram apressados pelos juízes, que “queriam oferecer um exemplo drástico dando um fim rápido e assustador aos réus.”. Dessa maneira, o processo de julgamento de Hans Scholl, Sophie Scholl e Christoph Probst já estava em andamento no Tribunal do Povo. Quatro dias após a prisão, Probst e os irmãos Scholl foram guilhotinados no presídio de execução Stadelheim, em Munique.

‘Eu não sabia que era tão fácil morrer’, disse Christl Probst. E depois: ‘Em poucos minutos, nos veremos novamente na eternidade’. Então, foram levados; primeiro a moça. Ela foi sem hesitar. Nenhum de nós conseguia acreditar que isso fosse possível. O carrasco disse que nunca vira ninguém morrer assim. E Hans, antes de deitar a cabeça sobre o cepo,

gritou tão alto que ecoou através da ampla prisão: “Viva a Liberdade”. (SCHOLL, 2013, p.79).⁷

Era claro o risco eminente que os integrantes da Rosa Branca corriam. Inge Scholl relata que “nos jornais saíam cada vez mais notícias sobre sentenças de morte proferidas pelo Tribunal do Povo contra pessoas que se opunham ao tirano, mesmo que só com palavras.” (SCHOLL, 2013, p.63). As palavras contidas nos panfletos e nas pichações da Rosa Branca levaram quatorze pessoas à morte por alta traição e outras oitenta à prisão pela colaboração ou pela simples ligação de parentesco com os réus. Entre familiares e amigos encarcerados naquele período, encontram também Inge Scholl, Elisabeth Scholl e os seus pais.

No segundo processo, em abril de 1943, foram sentenciados e executados o professor Kurt Huber e os estudantes Willi Graf e Alexander Schmorell. No terceiro processo, ao final de 1943, oito pessoas ligadas ao núcleo de Hamburgo foram sentenciadas à morte: Hans Konrad Leipelt, Gretha Rothe, Renhold Meyer, Frederick Geussenhainer morreram em campos de concentração e prisões. A mãe de Konrad, Katharina Leipelt, e Elisabeth Lange foram levadas ao suicídio no presídio de Hamburgo-Fuhlsbüttel, enquanto Curt Ledien e Margarethe Mrosek foram enforcados no campo de concentração de Neuengamme.

Os usos da memória no pós-guerra

Em junho de 1943, os feitos do grupo começam a ser conhecidos internacionalmente por meio do romancista alemão Thomas Mann (1875-1955). Mann retratou para o mundo a morte dos integrantes da Rosa Branca em uma de suas conferências radiofônicas contra o nazismo gravadas para a BBC⁸. Em suas palavras:

Corajosa e magnífica juventude! Vocês não terão morrido à toa, não serão esquecidos. Os nazistas erigiram monumentos para arruaceiros imundos e criminosos comum – a revolução alemã, a verdadeira, vai

⁷ Relato dos carcereiros do presídio de execução Stadelheim, em Munique.

⁸ Entre 1940 e 1945, o romancista alemão Thomas Mann (1875-1955) gravou para BBC conferências radiofônicas contra o nazismo. Intituladas "Ouvintes alemãs", as conferências eram transmitidas nas rádios inglesas como o intuito de serem ouvidas por toda a Alemanha.

derrubá-los e eternizará em seu lugar o nome daqueles que, quando a noite ainda escurecia a Europa e a Alemanha, anunciaram: 'Nasce uma nova fé na liberdade e na honra!' (MANN, 2009, p.145).

No entanto, foi apenas com a repercussão internacional da obra de Inge Scholl que o movimento Rosa Branca passou a ser considerado “símbolo da coragem da juventude alemã durante o Terceiro Reich”, segundo o historiador Rainer Hudemann^{9,10}. Depois de ser reconhecido internacionalmente e se tornado símbolo da resistência ao nazismo na década de 1950, o testemunho da Rosa Branca tornou-se objeto político no fortalecimento da imagem de mártir do povo alemão. A busca por “exemplos positivos” no momento de reconfiguração das memórias do passado nazista indiciam o movimento de “heroificação” alemã, movimento que reforça a omissão da colaboração ao regime paranoico que perseguiu e exterminou milhões de pessoas. Como é posto em uma entrevista da BBC,

Desde o fim da guerra, os membros do grupo se transformaram em figuras de destaque no país. A sociedade alemã procurava modelos positivos saídos do período nazista, algo que Liselotte não aprova. ‘Na época, eles teriam executado todos nós’, afirma Liselotte se referindo à maioria dos alemães. Atualmente ela vive sozinha em uma pequena cidade perto de Munique. Alexander Schmorell foi transformado em santo pela Igreja Ortodoxa Russa em 2012. ‘Ele teria rido muito se soubesse. Ele não era santo, era apenas uma pessoa normal’, disse Liselotte. (BBC Brasil, 2013)¹¹

Para a historiadora Jacy Alves de Seixas, a vitimização e a heroificação são fundamentais para o espetáculo da rememoração. A historiadora nota que a espetacularização do terror, do trauma e do herói é fruto da construção de imagens com apelo sentimental que são fundamentais para a memória, uma vez que “aquilo

⁹ Rainer Hudemann é professor da Universität des Saarlandes e da Université Paris-Sorbonne. O historiador é autor do posfácio da edição brasileira do livro *A Rosa Branca*.

¹⁰ Ser símbolo da coragem alemã conduziu a história do grupo Rosa Branca ao destaque, todavia, a Rosa Branca não foi a única forma de resistência ao nazismo, ao contrário, houveram diversas manifestações de contraposição ou dissensão ao regime. A sabotagem de trabalhadores alemães e estrangeiros nas fábricas, a oferta de esconderijo aos judeus em porões, a resistência organizada dentro dos campos de concentração e o protesto das mulheres de Rosentrasse caracterizam diferentes formas de resistência ou dissensão ao regime nacional-socialista dentro da Alemanha.

¹¹ Trecho da entrevista de Liselotte Furst-Ramdohr para a BBC Brasil em 22 de fevereiro de 2013. Liselotte era amiga de Alexander Schmorell e colaboradora do grupo Rosa Branca. Em 1943 escondeu alguns panfletos e produziu os estêncis para a pichação “Abaixo Hitler” realizada pelo grupo.

que vitimiza, heroifica e teatraliza o sofrimento busca no direito de reparação a justificativa para sua essência”. No caso específico da Alemanha Ocidental na década de 1950, Richard Bessel também apontou que “a representação dramática da vitimização alemã ocupou lugar de destaque na consciência pública do pós-guerra”, de modo que as lembranças da extrema violência da Segunda Guerra passaram a corroborar para o ofuscamento das lembranças de genocídio e colaboração dos alemães ao regime nazista. Entretanto, a operação da memória esbarra sempre com questões intimamente vinculadas ao presente e, por sua vez, mantém ligação ora com demandas de esquecimento e denegação, ora com a exaltação e glorificação.

Na investigação epistemológica do livro *História e Memória*, o historiador Jaques Le Goff destacou que a memória não é tão somente uma escolha ou uma seleção. Para ele, a operação da memória é, sobretudo, um instrumento de poder particularmente frágil e enganador que está “ora em retraimento, ora em transbordamento” no tempo e na história. Le Goff também cita que, de acordo com Changeux, o processo da memória no homem interfere não só na ordenação, mas também na releitura desses vestígios¹². Já em “Memória, esquecimento, silêncio”, o historiador Michael Pollak destacou que os “não-ditos” ou os silêncios dos sobreviventes fazem fronteira com o esquecimento definitivo e se sufocam na memória coletiva oficial de uma nação, de modo que o próprio momento do “ouvir as vítimas”¹³ fez perceptível os postulados e os determinados usos da memória coletiva alemã logo após a redenção de 1945.

No entanto, estes postulados e sentidos não estão necessariamente explícitos, logo, até mesmo os silêncios permanecem como vestígios de um passado suscetível de ser estudado. De acordo com Pollak, qualquer acontecimento histórico narrado possui enquadramentos e discursos particularmente organizados em torno de si. Para ele, a fim de distinguir estes enquadramentos e discursos da narrativa, se faz necessário reconhecer a que ponto o presente colore

¹² Jaques Le Goff, *História e Memória* (1990, p.425).

¹³ Os grupos minoritários e marginalizados como os homossexuais, negros, ciganos e testemunhas de Jeová só foram ouvidos posteriormente ao pós guerra. Ver "Memória, Esquecimento, Silêncio" de Michael Pollak.

o passado, e, de quebra, distinguir conjunturas favoráveis ou desfavoráveis a estas memórias marginalizadas.

Em 1940, Walter Benjamin havia declarado que “articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo ‘como ele efetivamente foi’. Significa captar uma lembrança como ela fulgura num instante de perigo.”¹⁴. Nas “Teses sobre a filosofia da história”, Benjamin denuncia a relação íntima do presente com um momento do passado na articulação da escrita da história. Nesta relação, o presente constrói o estatuto da verdade do passado formulando uma inteligibilidade histórica que obedece a interesses precisos. Portanto, a escrita da história “é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas aquele preenchido pelo tempo-agora [Jetztzeit].”.

Assim como Jaques Le Goff, Michael Pollak e Walter Benjamin enunciaram sobre o presente e sua obediência à interesses precisos na construção da inteligibilidade do passado, Michel de Certeau apontou na década de 1970 que modelos de interpretação da história têm postulados que tendem para determinados usos e demandas do presente de modo que a particularidade e a marca do historiador é o *lugar* de onde ele fala. É importante para Michel de Certeau vislumbrar todo processo de construção do discurso da história, compreendendo que as práticas e os discursos historiográficos, quando relacionados, tomam a forma de uma produção. O discurso histórico confere sentido ao “real” de maneira que explicita uma identidade social por sua capacidade de ruptura com uma época ou sociedade anterior. Contudo, aos olhos do Certeau, ao mesmo tempo em que o discurso histórico é uma explicitação de identidade, ele nos “diz”:

[...] “Eu não sou isto”, acrescenta sempre, a esta afirmativa [...]: “Eu sou outra coisa além daquilo que quero, e sou determinada por aquilo que denego.” A história atesta uma autonomia e uma dependência cujas proporções variam segundo os meios sociais e as situações políticas que presidem à sua elaboração. (CERTEAU, 2013, p.40).

¹⁴ Walter Benjamin, Teses sobre a filosofia da história (1940, p.156).

No entanto, em “Literatura e Trauma” o historiador Márcio Seligmann-Silva pontua que “o testemunho não deve ser confundido nem com o gênero autobiográfico nem com a historiografia – ele apresenta uma outra voz, um ‘canto – ou lamento – paralelo’, que se junta à disciplina histórica no seu trabalho de colher os traços do passado.” (SELIGMANN-SILVA, p.16). À luz de tais observações, compreende-se que os testemunhos literários do período pós-guerra foram produzidos a partir de referências e princípios de inteligibilidade do presente em que foram fabricados, do mesmo modo que os discursos históricos também o são. O historiador Márcio Seligmann-Silva também destaca que “ao invés de visar a uma representação do passado, a literatura de testemunho tem em mira a sua construção a partir de um presente.”.

Para ele, o testemunho literário é uma representação do real baseada na memória traumática da vítima, “a transformação da experiência viva sob o efeito da narração”, uma vez que “o elemento traumático do movimento histórico penetra nosso presente tanto quanto serve de cimento para nosso passado – e essas categorias temporais não existem sem a questão da sua representação.”. (Seligmann-Silva, p.137). Dessa maneira, as narrativas dos testemunhos também são resultantes de um processo textual circunscrito nos limites da linguagem, de modo que a operação do *lugar* e da escrita como formas de compreender os processos de criação dos sentidos imbricados na fabricação dos discursos históricos são semelhantes para a compreensão do testemunho literário. Reflexão epistemológica que o historiador Michel de Certeau também fez em *A escrita da história*.

Michel De Certeau problematizou a escrita e a história como campos epistemológicos distintos. Ao analisar as operações da escrita na história, Certeau indicou que, ao pretender relatar o real, a narrativa o fabrica. O historiador compreende que a narrativa é capaz de desvalorizar ou privilegiar práticas, modelos e comportamentos e “sob o nome de ciência, ela arma e também mobiliza clientelas”, e, portanto, é um instrumento eficaz de poder que segmentos políticos e econômicos se empenham em controlar. Entre estas operações de poder, lugar em que a narrativa e a memória privilegiam e ordenam as leituras do passado de

acordo com suas clientelas, encontra-se o testemunho literário de Inge Scholl e tantos outros que aqui não foram analisados.

Em *História e Memória*, o historiador Jaques Le Goff também ressaltou que a grande expansão da memória para o campo da literatura ocorreu justamente no período caótico da segunda metade do século XX. Para ele, essa expansão entre campos decompôs a operação da memória em “escrita”, “memória” e “leitura”. Na análise destas operações decompostas da memória indicadas por Le Goff, constata-se que a escrita possui seus limites. O próprio limite da linguagem e de seu gênero narrativo colocam questões muito pontuais a serem consideradas na análise historiográfica dos testemunhos literários.

Nesse sentido, as narrativas tidas como registros do passado alemão e seus horrores guardaram em si *silêncios* decorrentes não só de um processo político complexo de rememoração e esquecimento que se dava no período pós-guerra. Para compreender como o testemunho literário seguiu na contramão do apagamento e da denegação e caracterizou-se como movimento de resistência e rememoração dos traumas do passado, é preciso tratarmos-os quase como um discurso essencialmente histórico. Para tanto, é necessário considerar as práticas, usos e processos que intervêm em sua fabricação, bem como a conjuntura favorável do presente em que está inscrito sua escrita, com a finalidade de que seu “canto” seja ouvido.

Por fim, em um outro momento, também é necessário refletir sobre outros indícios de um passado mais recente que, após 60 anos de sua execução, fez de Sophie Scholl uma heroína nacional. Scholl foi rememorada ao lado de cinco mulheres e cento e vinte e dois homens considerados heróis da nação germânica no monumento Walhalla, às margens do rio Danúbio. Junto de seu busto de mármore, uma plaqueta homenageia todos os alemães que também resistiram ativamente ao nazismo, como mostra a entrevista do jornal Deutsche Welle em 2003:

A iniciativa, que partiu da deputada estadual social-democrata Hildegard Kronawitter, encontrou resistência por parte de muitos que consideram uma tal homenagem fora de moda. No entanto, Kronawitter espera, com a inclusão explícita do antinazismo entre os heróis da história, dar

impulso a uma revalorização do monumento, que costuma servir de ponto de encontro e de referência para nacionalistas e extremistas de direita. (DEUTSCHE WELLE, 2003).



Figura 2: busto de mármore de Sophie Scholl em Walhalla.

Já em janeiro de 2017, a página da AfD Nürnberg-Süd/Schwabach, associação do controverso partido de direita Alternative für Deutschland, publicou no Facebook a imagem de Sophie Scholl e sua frase: “nada é mais indigno a uma sociedade civilizada do que se deixar governar sem resistência por um bando de soberanos irresponsáveis que agem através de seus mais escuros instintos” vinculada ao slogan "Sophie Scholl escolheria AfD"¹⁵. Em poucos dias, a publicação recebeu milhares de comentários em desacordo com a propaganda, que, segundo a maior parte dos comentários na rede social, denigre a memória de uma combatente do nazismo. O AfD recuou dizendo que de nenhuma maneira a publicação representa a opinião da associação nacional do partido, no entanto, o cartaz continuou visível na página da associação Nürnberg-Süd/Schwabach.

¹⁵ Tradução livre da autora.



Figura 3: cartaz do partido Alternative für Deutschland Nürnberg-Süd/Schwabach.

Considerações finais

Diante da heroicificação contínua e da escandalosa publicação da AfD, nos cabe pensar sobre a apropriação da imagem e das memórias de Sophie Scholl e da resistência alemã ao nazismo como um todo. De fato, as marcas do nazismo e da Segunda Guerra são feridas abertas na Alemanha e o pensamento racista fundamentalizado com o governo nacional-socialista possui raízes que a guerra não conseguiu arrancar, mas, ao contrário, tampouco com os escombros da guerra. O discurso anti-imigratório que recentemente promoveu o partido AfD muito provavelmente seja o indício de que resquícios de uma transformada xenofobia está ainda escondida sob o solo alemão.

Apropriar-se da imagem e da memória de Sophie Scholl retratada no testemunho de sua irmã Inge é, como debatido neste artigo, um uso político em defesa de causas contrárias ao que o grupo Rosa Branca evocava tão especificamente para o *Volk* alemão em 1943. Assim, a fundamental questão não é adivinhar se Sophie Scholl votaria ou não na AfD, tampouco se trata da utilização da figura política de Scholl e do movimento Rosa Branca, mas sim de consideramos a relação entre o presente e o passado ainda pulsante na memória e na história alemã.

Fonte das imagens

1. http://www.njuuz.de/beitrag14298.html/im_gedenken_an_die_weisse_rose
2. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Walhalla_Halle4.jpg
3. <http://www.nordbayern.de/region/nuernberg/vergleich-mit-sophie-scholl-afd-sorgt-fur-facebook-eklat-1.5751467>

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1987.
- BESSEL, Richard. *Nazismo e Guerra*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- BURNS, L. Há 70 anos, nazistas executavam jovens líderes da 'Rosa Branca'. *BBC*, Brasília, 22 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/02/130222_resistencia_alemanha_fn.shtml>.
- DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Forense: Rio de Janeiro, 2013.
- EKSTEINS, M. *A Sagração da Primavera. A Grande Guerra e o Nascimento da Era Moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- GAGNEBIN, J.M. Verdade e memória do passado. *Trabalhos da memória*, n.17, São Paulo: Educ, novembro/1998.
- _____. *Lembrar, escrever, esquecer*. Editora 34: São Paulo, 2006.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Edições Vértice: São Paulo, 1990.
- IK. Monumento à heroína da resistência contra o nazismo. *Deutsche Welle*, Alemanha, 22 de fevereiro de 2003. Disponível em: <<http://dw.com/p/3HbC>>.
- LEVI, F. e SCARPA, D. (Orgs.). *Assim foi Auschwitz. Testemunhos 1945-1986*. Companhia das Letras: São Paulo, 2015.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Editora da UNICAMP: Campinas, 1990.
- MANN, T. *Ouvintes alemães! Discursos contra Hitler (1940-1945)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.
- NESTROVSKI, A. e SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

SCHOLL, I. *A Rosa Branca*. Trad. Anna Carolina Schäfer. São Paulo: Editora 34, 2013.

SELIGMANN-SILVA, M. Literatura e trauma. In: *Pro-Posições*. Campinas, Vol. 13, N. 3, 2002.

_____. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: *Psicologia Clínica*. Vol. 20, N. 01, 2008.